

ARAGÃO E FROTA, LUCIARA SILVEIRA DE. *DOCUMENTAÇÃO ORAL E A TEMÁTICA DA SECA: ESTUDOS*. BRASÍLIA, SENADO FEDERAL, 1985. 348P.

O presente livro da Prof^a Luciara de Aragão, "*Documentação Oral e a Temática da Seca*", constitui uma importante contribuição à difusão da técnica de "História Oral" e ao estudo do secular problema das secas no Nordeste do Brasil. O trabalho foi dividido em dois estudos não correspondendo pois num primeiro instante, a um estudo interligado entre História Oral e Seca, como o título sugere.

O uso freqüente da "História Oral" nos dias de hoje e sob os mais diferentes nomes tem sido intensificado entre os cientistas políticos e sociais, bem como entre os arquivistas. Com relação a História, o uso dos testemunhos orais não é recente. Já na própria História da Revolução Francesa, Michelet colocou na palavra popular os próprios fundamentos da chamada tradição Nacional. Procurando levantar a questão da "História Oral" em termos da visão que o historiador tem do documento, a autora principia por questionar a validade do termo "História Oral". Sem dúvida, este primeiro estudo tem também um lado prático a oferecer. Há na parte referente a "pesquisa da contemporaneidade: — a contribuição da documentação oral", uma série de sugestões sobre programações iniciais gerais para implantação de Projetos de Documentação Oral. Do ponto de vista teórico — metodológico ela parte do conceito de evidência utilizado pelo Prof. Oscar Handlin da Universidade de Harvard no seu trabalho já traduzido para o português, "Truth in History". London, Harvard. 1929. Suas preocupações voltam-se para uma valorização talvez excessiva da História quando a considera... "o ponto de partida para qualquer busca de intelegibilidade" (p. 40), mas, alerta na construção do documento oral para a superficialidade das explicações dos acontecimentos. De fato, a primeira parte do estudo encaminha-se para a idéia de ser a História Oral uma técnica que processa a construção do documento oral o qual é em última análise mais uma categoria de documento para a História. Estes Documentos, não conseguirão todavia suprir a questão da falência na obtenção de uma verdade completa, embora diminua de fato, — por nos permitir a convivência, com os seus agentes, — "os riscos de direcionalidade e interpretação única do tipo "oficial" (p. 48). O que o trabalho inova quanto, a originalmente monografia de mestrado, do Prof. Carlos Humberto Correa, "História Oral Teórica e Técnica" — também prefaciador dessa primeira parte do estudo da Prof^a Luciara — são os capítulos relativos a técnica da entrevista e as questões legais na obtenção do Documento Oral. Usando em seu trabalho fontes orais como conferências de professores da área de Direito a autora viabiliza a ligação do documento Oral com o Direito Autoral. Contudo, poderia haver adentrado

mais, algumas questões como a de outros tipos de fontes que o historiador usa no preparo do documento oral, como é o caso da biografia. De qualquer forma, o tema não se esgota por aí e convida a outros interessados em História Oral a estudos mais profundos.

A segunda parte do estudo, bem mais extensa do que a primeira concerne à política de atendimento às populações flageladas atingidas pelas secas desde 1845, quando se iniciam os primeiros registros a respeito do assunto, até o ano de 1970 com o governo Médici.

Do nosso ponto de vista, a introdução desta segunda parte – “os Presidentes se indagam e se respondem” reflete uma grande originalidade e criatividade da autora ao comparar os discursos dos Presidentes Epiácio Pessoa e Emílio Médici visitando ambos, em períodos logicamente diversos, o Ceará assolado pela seca. As informações sobre as expectativas dos sertanejos quanto a vinda das chuvas são riquíssimas do ponto de vista cultural e abordam a questão sob o prisma supersticioso e místico através dos dados da tradição oral. Focalizando o “Lunário Perpétuo”, uma complexa carta de informações com ciclos astrológicos desde 1600 contendo os dias da semana, os dias nos quais os anos começam e outras informações, até a observação da quebra da hóstia na celebração da Eucaristia na Noite de Natal. Se a hóstia fosse dobrada e não fosse ouvido um som seco, era bom sinal, pois significava umidade do ar.

Dividido em sete capítulos, este segundo estudo – originalmente tese de doutoramento defendida na USP – procura exaurir a questão sob enfoque político-administrativo. Partindo da idéia, de colocar aspectos relevantes da História do Ceará voltados para a conjuntura política por detrás das secas, ressalta-se a zona do Cariri, área de aglutinação sócio-político de grande relevância no Nordeste brasileiro. A engrenagem e poder que move o coronelismo nordestino, tendo na família patriarcal a base do modelo, a influência das oligarquias, terminando com a supressão do “Caldeirão”, já na República, dado como uma das primeiras tentativas espontâneas de afirmação cultural na região, são sumarizados pela autora, num total de trinta páginas.

Num trabalho de fôlego – como o exige uma tese séria de doutoramento – as secas são analisadas a partir do tratamento político dado a elas no 1º Império ressaltando-se a atuação do então Presidente da Província José Félix de Azevedo e Sá o qual chegou a participar diretamente do explosivo episódio de recrutamento, oferecendo três mil cearenses para a Guerra Cisplatina, fato denunciado no Parlamento. A insubmissão da então Província do Ceará à Coroa, quando da “Confederação do Equador”, parece encaminhar-se segundo a autora para uma punição ligada ao despovoamento “numa prévia melancolica das retiradas” (p. 125) ou... “Era como se ocorresse da parte do governo, um projeto de auxiliar e colaborar com as secas, a fome e a varíola, para despovoar o Ceará” (p. 140).

Muitas das nossas idéias sobre o Nordeste necessitarão ser revistas após a leitura deste livro. Observamos a existência, da chamada “indústria das secas”, e como ela é feita de oscilações de recursos federais como em 1922, paralisação completa de obras, com venda de estoque adquirido para as grandes barragens, de fato, reduzidos por “desvios claros e escusos” como em 1925, na falta de ferramentas nas improvisadas frentes de serviço, no “escândalo das cadernetas” dos assalariados, no Relatório Ramagem já contemporâneo ao governo JK. O livro nos permite uma intimidade com os bastidores do processo de criação da Sudene, voltada também para evitar os sonhos de separatismo político e para apagar o fogo de possíveis insurreições.

Fartamente ilustrado com mapas e tabelas em todo o corpo do livro, e, em forma de Anexos no final do trabalho, vale notar a inclusão das cartas da Condessa Du Barral, relativas ao angariamento de fundos, feitos por ela própria, na Europa, para atendimento aos flagelados da seca de 1877-1879 no Ceará (apêndice).

Faz falta ao leitor um indispensável índice remissivo e um “cochilo” da autora deixou passar sob o título geral de *Bibliografia*, fontes primárias, manuscritas, impressas, orais e a própria bibliografia utilizada. Publicado pelo Centro Gráfico do Senado Federal, distribuído nacionalmente pela Editora Universidade de Brasília, o livro constitui uma colaboração aos pesquisadores que levam a História com seriedade.

YVONE DIAS AVELINO*

* Professora do Departamento de História e do Programa de Estudos Pós-Graduados em História PUC-SP.